

# A REINVENÇÃO DE SABERES ATRAVÉS DO *AIUÉ*<sup>1</sup>

Marcos Alan Costa Farias (PNCSA/AM)<sup>2</sup>

O *Aiué* passa a ser compreendido nesta análise como um processo de reinvenção de saberes. Trata-se de um ritual que ocorre na Comunidade Remanescente de Quilombo Jauari, Território Quilombola Erepecuru, Pará. O *Aiué* está totalmente interligado com as *festas*, pelas quais fazem parte do processo de constituição da *comunidade* Jauari. Notoriamente, as *Festas Culturais* praticadas nos arredores e no Jauari possuem caráter dinâmico. A reinvenção desses saberes se insere na lógica da cultura quilombola como uma forma de afirmação da identidade étnica e de renovação da dinâmica cultural quilombola. A reinvenção do *Aiué* se coloca como uma forma de retomada. Nas narrativas dos quilombolas do Jauari o *Aiué* é apontado como um instrumento de resistência e de mobilização pela garantia do território. A sua retomada ao final da década de 1980 reelabora significados da prática, corrobora para processos identitários e de mobilização étnica pela luta do território.

Palavras-chave: *Aiué*; *Festas Culturais*; Reinvenção de Saberes.

## Introdução

O objeto de reflexão, aqui analisado, consiste na análise das relações subjacentes às práticas relativas ao *Aiué*<sup>3</sup>, manifestação em homenagem a São Benedito, que traz música e dança em suas cerimônias ritualísticas. Essas práticas foram empiricamente observadas na Comunidade Remanescente de Quilombo do Jauari, às margens do Rio Erepecuru, localizada no Território Quilombola Erepecuru, no município de Oriximiná<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA).

<sup>3</sup> Para compreensão mais acurada deste texto, convencionei usar o itálico para categorias de autodefinição utilizados pelos agentes sociais como, por exemplo, *quilombo* e *quilombola*. O itálico também será utilizado para práticas, expressões e termos usados pelos quilombolas como *Aiué*, *grupo cultural*, *Festa Cultural*, *comunidade*. Expressões ou frases em outra língua também se utilizarão do itálico. “Comunidade” e “quilombo” no que diz respeito aos conceitos analíticos de autores, aparecerão entre aspas.

<sup>4</sup> Sito no oeste do estado, na mesorregião do Baixo Amazonas, situa-se à margem esquerda do rio Trombetas, afluente do Amazonas. Com base no Censo Demográfico de 2022 divulgado pelo Instituto

na região do Baixo Amazonas paraense. O território Quilombola Erepecuru possui população de 1.291, sendo 935 quilombolas, o que representa 72,42%<sup>5</sup>. O Território Quilombola Erepecuru foi titulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) nos anos de 1998 e 2000, respectivamente, totalizando a dimensão de 218.044,2577 hectares.

Segundo os relatos dos agentes sociais entrevistados no Jauari, essa *comunidade* foi constituída décadas depois da ocupação e conquista das cachoeiras ainda no período colonial. Após a abolição da escravidão em final do século XIX, os *quilombolas* começaram a descer o rio Erepecuru e a ocupa-lo, assim como o rio Cuminá. Isso resultou em fixação de núcleos familiares, que mais tarde resultariam em unidades sociais designadas como *comunidades quilombolas* (FARIAS, 2018).

O Jauari possui esse nome, consequentemente, segundo os próprios quilombolas, por conta do lago que próximo a *comunidade* possui o mesmo nome e/ou por conta da palmeira que é bastante comum na área e que também possui esse nome. Atualmente o Jauari é habitado por *quilombolas* que se dispõem nos dois lados do rio Erepecuru no que concerne a área comum de moradia da *comunidade*. No lado esquerdo do rio fica a sede composta por igreja, escola, campos de futebol, barracões de *festas* e reuniões, cozinha coletiva e posto de saúde que não funciona. Residem atualmente no Jauari aproximadamente 45 famílias, o que representa um total aproximado de 200 *quilombolas*. Entretanto, esse número é bem maior se levar em consideração as famílias que residem na área urbana de Oriximiná e quem mantêm vínculo com a unidade social, o número fica em torno de 90 a 100 famílias, o que totaliza em média 400 *quilombolas*.

O termo *Aiué*, segundo os próprios quilombolas, ao serem indagados, significa festa. Algo bastante indicativo diante do que se observa na *comunidade* Jauari. Segundo Funes (2022) ao tratar da ocupação de escravizados no Baixo Amazonas, grande parte dos “negros africanos” transportados para essa região foi embarcada na Costa Ocidental da África, sendo predominante os procedentes da “região Congo-Angolana, de etnias

---

Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE sua população é de 68.294 habitantes. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acessado em: 14 de agosto de 2023.

A população quilombola em Oriximiná corresponde a um total de 9.424 indivíduos que se autodefinem como quilombolas, o que corresponde a 13,80% da população de Oriximiná. 4.830 quilombolas vivem nos territórios quilombolas, correspondendo a 85,58%, ainda 814 não quilombolas vivem nos territórios quilombolas, perfazendo 14,42%. Se atentarmos para os quilombolas em domicílio, 4.830 (51,25%) estão domiciliados nos territórios quilombolas e 4.594 (48,75%) estão domiciliados fora dos territórios quilombolas. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>>. Acessado em 14 de agosto de 2023.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>>. Acessado em: 14 de agosto de 2023.

Bantofônica”. Segundo o autor, essa origem atualmente é presente nas “manifestações culturais das comunidades negras, em especial naquelas dos rios Curuá e Trombetas, como a corte dos Reis de Congo, o lundum no ‘Cordão do Marambiré’, também chamado de Aiuê”. Ainda para Funes (2022), “Aiuê” em quimbundo, significa festa, e “em termos usais entre os moradores destas comunidades” (2022, p. 91). Funes (2022) também cita os “negros” do Erepecuru e Trombetas como praticantes da manifestação.

Evidentemente, Funes refere-se ao Aiuê ou Aiué sem fazer referência mais detalhada ao rio Erepecuru, local onde nas margens se situa a *comunidade* Jauari onde ocorre a prática. Cita os rios Curuá, Trombetas e Erepecuru de forma homogênea. É necessário deixar evidente que as unidades sociais que estão situadas às margens desses rios possuem práticas diferenciadas, como o caso do *Aiué* em homenagem a São Benedito.

Ao empreender trabalho de campo nessa comunidade, pude acompanhar nos anos de 2017 e 2018 a chamada *Festa Cultural*. É nos meandros desta prática cultural que acontece o *Aiué* de São Benedito.

No final do primeiro dia dos dois que compõem a *Festa Cultural* ocorre o *Aiué*. Verificado empiricamente, posso adiantar que se trata de um cortejo seguido de apresentação em homenagem ao padroeiro da comunidade. Tal prática envolve, sobretudo, uma profunda relação entre a música e a dança. Possui personagens com funções determinadas (*Rei do Congo e Rainha do Congo, Teolindo e Teolinda, Maria Cabeça de Cuia e Canoeiro, Juíza, Mordomos, Mantenedora, Mantenedor e Porta-Bandeiras*) e objetos (bandeiras, mastro e a imagem do Santo) que articulam a sequência cerimonial sacralizada e intrínseca às práticas, possuindo múltiplos significados. Todos esses elementos se mesclam com músicas e danças específicas no decorrer das diferentes etapas do evento.

Segundo as narrativas dos *quilombolas* entrevistados no Jauari, trata-se de uma prática recorrente entre eles desde o momento considerado historicamente como o “período de fugas”. Alguns deles defendem que essa prática era realizada em alguns lugares do território, notadamente nos castanhais, e que foi sendo sucessivamente transmitida entre eles. Conforme me foi relatado o senhor Deunilo foi quem ensinou os versos das músicas do referido ritual<sup>6</sup> para dona Maria Roberta, fundadora da *comunidade* Jauari, e somente a partir do processo de titulação do território é que essa prática, que até então estava paralisada, foi reinventada, passando a estar presente todos os anos durante

---

<sup>6</sup> Ritual está sendo refletido de acordo com as análises de Genep (2011) e Turner (1974).

a *Festa Cultural* e eventos diversos que demonstram sua identidade social. Limitei-me, entretanto, a apurar num procedimento de *survey*, ainda no mestrado, alguns relatos que posteriormente foram aprofundados, até mesmo porque não se pretendeu realizar essa pesquisa de forma historicista, elencando tão somente uma cronologia em tempo linear que focalizasse aspectos do passado. A proposta é compreender o que significam esses rituais, suas sequências cerimoniais e respectivas práticas no presente, ressaltando o quão relevante se mostram no que concerne a aspectos identitários e de afirmação étnica.

Vários elementos constituem essas práticas, como músicas e danças que ocorrem de forma indissociável, porém não aderindo à ideia de que a prática se encerra em aspectos restritamente sonoros ou corporais. A compreensão sobre música e dança vai muito além dos elementos estruturais destes, embora estes possuam significados imprescindíveis para a compreensão antropológica. Penso essa prática enquanto ação social e cultural, como “processo” do fazer musical e do fazer corporal, e não enquanto “produto” (OLIVEIRA PINTO, 2001). Assim, para compreensão desse objeto foi necessário costurar relações com o universo em que essa prática está inserida, ou seja, a vida social desses *quilombolas*.

### **O ritual como modo de reinventar saberes**

Pensando nas *festas* e na prática do *Aiúé* em diferentes tempos e espaços, revela-se a dinamicidade em que essas questões ocorrem na vida dos *quilombolas* do Jauari. O que se nota nesse contexto é verdadeira situacionalidade das práticas nas quais eles estão envolvidos. As práticas ocorrem em tempos distintos e espaços diversos de acordo com a situação de cada momento. E, atualmente, são acionadas pela gestão da memória coletiva dos *quilombolas*.

O *Aiúé* de São Benedito atualmente realizado pela *comunidade* Jauari, segundo os relatos dos próprios *quilombolas*, traz paralisações em seu processo de prática. Ao que se compreende, antigamente, o *Aiúé* não era uma prática específica da *comunidade* Jauari, mas sim praticada por outros *quilombolas* daquela região. Contudo, a partir do processo de constituição da *comunidade* Jauari, práticas musicais e dançantes se acentuam entre os *quilombolas*, incluindo o *Aiúé*. Como prática relativamente efetiva entre os *quilombolas* do Jauari, o *Aiúé* foi reinventado por essa unidade social, perpassando por paralisações e retomadas, e, desde então, passou a ser considerado como uma prática deste lugar.

As reinvenções estão implicadas na experiência quilombola de vivenciar, criar e recriar coisas. Dona Maria de Nazaré destaca:

Nós nunca parámos de criar as coisas aqui. Quando já está que todo mundo sabe, a gente para e já inventa uma outra coisa. Aí assim vai vivendo. Então, isso é bom, porque as nossas crianças estão crescendo, elas estão dentro desse jeito de convivência e isso é muito bom (Maria de Nazaré dos Santos Almeida, Comunidade Jauari, 17 de janeiro de 2022).

Essa convivência pode ser compreendida pela cultura que é induzida por meio da experiência, como diria Barth (2005). O autor afirma que a “cultura deve ser constantemente gerada pelas experiências por meio das quais se dá o aprendizado” (2005, p. 16).

Esse processo, que aqui passo a denominar de reinvenção de saberes, se faz presente na *comunidade* Jauari como um ato deliberado que funciona estrategicamente, não só através do *Aiué*, mas também em outras práticas, como o caso do *Grupo Cultural Encanto do Quilombo* analisado em outro estudo (Farias, 2018).

O *Aiué* passa a ser compreendido como um processo de reinvenção de saberes. As *festas* fizeram parte do processo de constituição da *comunidade* Jauari. As *Folias* eram realizadas como um modo de situar elementos da cultura quilombola naquele espaço social.

Notoriamente, as *Festas Culturais* praticadas nos arredores e no Jauari possuem caráter dinâmico, obviamente condizente com a dinamicidade da cultura. É possível apresentar um panorama daquilo que era feito antes e aquilo que é feito atualmente. Evidentemente, não pretendo estabelecer uma linha do tempo ou mesmo uma historiografia da *festa*. Contudo, considero relevante delinear algumas situações que ajudam a compreender como as *festas* e o *Aiué* se estabeleceram ao longo do tempo, demonstrando que ambos possuem participação e interferência significativa no processo de estabelecimento no território, bem como de criação das unidades sociais designadas *comunidades* e da afirmação da identidade étnica.

Gostaria inicialmente de destacar que as *festas* em âmbito amplo funcionam não somente no Jauari, mas também em outras unidades sociais. Para tanto, trago a narrativa do sr. José Melo da Comunidade Quilombola Pancada. Sua experiência é significativa, trata-se de uma liderança quilombola reconhecida e que participa das *festas* realizadas na região. Ele narra elementos importantes sobre as *festas*, bem como mudanças que ocorreram ao longo do tempo. O sr. José Melo afirma:

E nós tínhamos uma tradição dos antigos, do meu bisavô que eles faziam as festas. A festa naquele tempo ela não era uma festa religiosa como a gente faz agora, mas era uma festa cultural, que eles só faziam a música com mordomos, que o Tote chamava ali no Jauari na hora de cortar o mastro. Era mordomo e juíza. Então a juíza juntava fruta, juntava comida, farinha, beiju. Cada um dava nas festas 12, 15 quilos de beiju com castanha, pistola, porco. Não tinha comida, não tinha gado, era porco, tartaruga, jabuti, tracajá. Era a comida que tinha para o tempo, era feito uma mesa grande de 6 metros, colocava os pratos e as panelas, a farinha era vazada em cima da toalha da mesa para cada um se servir. Cozinhava no tacho 12 latas. A bebida só bebia se tivesse 25 anos. Era numa talha de barro. Aí chegava, a nossa turma aqui se tivesse de 20 anos para baixo ninguém entrava lá não. Aí nós íamos tomar garapa, a bebida dos de menor era garapa e dos adultos era, eles chamavam tinha caipirinha, tinha mangaratiba, tinha aluá, tinha o caissumo, tinha a manicuera, só que a manicuera já era uma bebida para alimentação, não era bebida alcoólica. Então quando via um que já estava querendo ficar meio bebo, amarrava uma rede para ele embaixo das árvores e colocava ele lá. Lá não tinha briga, não tinha, não existia agente de polícia, porque não tinha confusão. Todo mundo chegava, agasalhavam os seus bagulhos e dançavam até de manhã. Era 3, 4 dias, 4 noites de festa (José Melo dos Santos, Comunidade Pancada, 16 de janeiro de 2022).

As *festas*, ao que tudo indica, estavam pautadas nos modelos que eram realizados pelos antepassados. Aqui se nota primordialmente o processo de compreensão da memória coletiva. Os conhecimentos festivos estão compreendidos na promoção dos saberes quilombolas que se presentifica e acompanha a dinamicidade da cultura identitária daqueles agentes sociais envolvidos.

Nota-se, que naquela época existiam regras que regiam o desenvolvimento das *festas* para que elas ocorressem dentro da normalidade esperada. Contudo, em determinado período, mudanças passam a ocorrer, de modo a integrar novas programações em relação ao formato anterior. O sr. José Melo também explica sobre essas alterações ocorridas:

Bom, quando foi em 78, nós começamos a modificar. A gente começou a criar a noite cultural nas comunidades. Porque a gente só fazia ela, rezava a ladainha como era o costume, as vezes tinha o mastro que nós viemos com esse mastro do Xiriri. Derribava, pronto. Aí já era mesmo a festa do arrocha. Aí nós como criamos a comunidade através da Paróquia, a gente começou a mudar essa criação de festa cultural. Para resgatar o que os antepassados contavam para nós. Porque tinham coisas que nos falavam, eles falavam para nós. E nós já passamos através da música, por exemplo, aqui tem a Cachoeira da Pancada, aí tem a Cachoeira do Chuvisco, tem a Cachoeira do Ventilado, aí dentro disso aí eu já fiz uma música. Eu conto ela lá para o senhor, aquela música que eu estava: “Cachoeira da Pancada aqui do Erepecuru”. Quer dizer, que eu já passo ela cantado. E essa tradição para nós ela valeu muito. E as duas comunidades que se dedicou a fazer é a Pancada e o Jauari. As outras fazem, mas eles dão início e aí mete o som mecânico,

mete a banda. Então para nós a banda ela é específico sábado, sexta-feira nós fazemos só a cultural. Que não tinha esse som deles, não tinha, através já de um projeto que ele fez com o irmão dele lá [se refere a Hugo Melo, irmão de Wildison Melo], foi conseguido. Quer dizer acompanha com aquele instrumento, mas os instrumentos manuais, é só mesmo o som para poder dar mais altura na música. E nós ficamos com esse costume de a gente trabalhar tudo em união, tudo na partilha e de um certo tempo pra cá, professor, ela começou a dismantelar. Com a criação da nossa associação, ela passou para o lado financeiro, aí o pessoal, a maioria, só quer saber da grana. “Ah, se não tiver a grana eu não vou”. E nosso tempo não, não tinha, não tinha motor, nós remávamos daqui para a Serrinha para votar. Lá nós votávamos, aí de lá nós vínhamos subindo com as seções até aqui naquela escola polo, ele [Hugo Melo] vai lhe mostrar na baixada. E assim para as festas nós íamos. Atrás das fêmeas para lá, queria saber de dançar e a gente ia no remo (José Melo dos Santos, Comunidade Pancada, 16 de janeiro de 2022).

Ao narrar sobre esses acontecimentos das *festas* do passado e do presente, o sr. José Melo destaca sobre outras “tradições”, como ele mesmo denomina, que foram também alteradas e ressignificadas nas comunidades ao longo do tempo. Nessas narrativas é possível observar como o processo de constituição da cultura quilombola se promove de forma ampla, acompanhando as *festas* e demais elementos da vida social.

A reinvenção desses saberes se insere na lógica da cultura quilombola como uma forma de afirmação da identidade étnica e de renovação da dinâmica cultural quilombola. A reinvenção do *Aiué* como um pioneirismo entre as comunidades quilombolas de Oriximiná é citado pelo sr. José Melo, além dele situar as *comunidades* Jauari e Pancada como incentivadoras da cultura quilombola. Ele assegura: “Então essa cultura para nós, hoje nós estamos resgatando com os nossos filhos, os nossos netos que eles vejam a gente contar, mas não veem a gente fazer para eles verem”. Sobre o *Aiué*, ele comenta: “Olha lá no Jauari a dança do *Aiué* foi a primeira aqui da comunidade que criou essa dança que ela já existia, a mãe dele já sabia dos antepassados (José Melo dos Santos, Comunidade Pancada, 16 de janeiro de 2022).

Sobre os locais das *festas* de antigamente, alguns lugares eram centrais nos territórios quilombolas de Oriximiná. De certo modo, isso indica o processo de territorialização quilombola na região por meio das narrativas sobre as *festas*, ou seja, se ocorriam *festas* haviam unidades sociais instaladas em lugares distintos da região.

Ao indagar o sr. Francisco Hugo de Souza e a dona Nilza Nira Melo de Souza sobre as *festas* de antigamente e as dos tempos atuais, eles são objetivos em suas respostas. O sr. Francisco Hugo destaca que a “diferença que tem é que antigamente não tinha torneio, não tinha festa social, era só festa cultural com a festa dançante. É o que

tinha” (Francisco Hugo de Souza, Comunidade Jauari, 17 de janeiro de 2022). Dona Nilza Nira enfatiza outro aspecto, segundo ela:

Eu também acho que uma das coisas que eu acho que é diferente, que naquela época nós não se preocupávamos com comida. O povo que vinha das comunidades eles traziam. Chegava no dia tinha muita comida, nós não comprávamos esse biscoito, tinha muito beiju, não tinha leite, mas tinha o chocolate da cabeça de caju, tinha o chá de mangarataia. E a gente não se preocupava com nada. Chegava no dia tudo tinha (Nilza Nira Melo de Souza, Comunidade Jauari, 17 de janeiro de 2022).

Esses padrões de *festas* destacados por eles condizem com períodos em que a comunidade Jauari já estava estabelecida. Naquela época, segundo eles, os torneios esportivos não compunham a programação da *festa*, diferença considerável quando observado a programação das *festas* atuais. O segundo dia é praticamente todo destinado para a realização de torneios esportivos. Inclusive, é um dos elementos aglutinadores para a maciça presença de quilombolas e não quilombolas nas *festas*. Cada comunidade visitante leva seu time de futebol masculino e feminino para disputar o torneio. Com isso, esses jogadores passam a participar durante a programação, não somente do torneio, mas também da festa dançante, na apreciação do *Aiué* e das demais danças e músicas que compõem o evento.

Ao que condiz a alimentação ressaltada por dona Nilza Nira, antigamente a *Esmolação* e as doações dos visitantes que chegavam para a *festa* eram mais frequentes. Atualmente ainda ocorrem, porém com menos expressividade, há refeições gratuitas, entretanto, há também a venda de refeições, lanches e bebidas principalmente no segundo dia de *festa* durante os torneios e a festa dançante.

Ainda segundo dona Nilza Nira e o sr. Francisco Hugo, eles narram que o *Aiué* foi articulado por dona Maria Roberta e o sr. Deunilo. Corroborando com essa narrativa, o sr. Daniel de Souza afirma que o sr. Deunilo era *Porta-Bandeira* do *Aiué*. Eles realizavam antes no castanhal chamado Bom Prazer que fica no Murta. Segundo os entrevistados a “velharada” fazia nesse local a festividade e lá dançavam o *Aiué*. Porém, dona Maria Roberta decidiu organizar o *Aiué* no Jauari. Quando perguntei a dona Maria Roberta sobre quem ensinou o *Aiué* no Jauari, ela respondeu:

Eu. Fui eu. Eu inventei esse *Aiué*, nós estávamos lá, um monte cunhantã que lá tinha, Virgem Maria, tinha muita menina e menino. Eu disse: “Irineu e Hugo, vão tirar duas rodas de cipó bem grandes, que o padre vai chegar e vão tirar essas rodas de cipó”. Lá tinha música da chegada do padre, tudo tinha. Cercaram tudinho. Eu digo: “Bom, agora a Legilda vai ser a dona da canoa, a Maria do Zeca vai ser a Mãe Maria Cabeça

de Cuia, bora ensaiar”. Começamos a ensaiar, e dizia “Deus te salve casa santa onde Deus faz a morada, onde para o Cálix Bento e a hóstia Consagrada”. Tá certo, não é? E aí começou. Aí as pessoas que chegaram e diziam: “Mas Dona Maria, está inventado, nem tão ligando”. E eu nem ligava. Que quando eu dei estava todo mundo dançando. E era da canoa, mas era muito bonito, mano. E as roupas que era saca de fibra, pode perguntar para eles todinho, saquinha de fibra, de sainha, blusinha de manga. A Cilda que fazia as roupas e aí saía bonita. E agora esse Aiué já veio apresentar bem umas 20 vezes aqui [Anfiteatro da Praça Centenário] (Maria Roberta de Souza Oliveira, Oriximiná, 02 de março de 2017).

Dona Maria Roberta conta que foi em uma *feira* dos Pinheiros e viu como eles a realizam. Narra ainda que foram apresentar na Comunidade Quilombola Serrinha e lá ela verificou outros aspectos, ela descreve:

eu fui na festa dos Pinheiros, eu vi como eles estavam fazendo tudinho. Aí foram para a Serrinha, apresentar na Serrinha. E aí quando eu vi o chefão de lá era Pinheiro, quando eu vi ele saiu. Mas eles nem estão fazendo como é que é tudo com capacete. Quando eu vi o velhão saiu de lá, ele disse mesmo assim, olhou para a capela e tirou o capacete e disse assim “Deus te salve casa santa onde Deus faz a morada”. E aí responderam para atrás “Aiué inguirissá viva o nosso general. A rainha do castelo que governa Portugal” (Maria Roberta de Souza Oliveira, Oriximiná, 02 de março de 2017).

Segundo dona Maria Roberta a *feira* dos Pinheiros era no Cuminá, uma *feira* da mãe do sr. Deunilo. E foi a partir do seu contato com essa prática que a mesma foi instituída no Jauari e ao longo do tempo foi sendo aperfeiçoada. Contudo, dona Maria Roberta faz críticas ao modo em que a *feira* é realizada no presente:

E aí começavam a cantar e dançar e bora rodar. Depois foi fazer a festa grande e aí entrou a Juíza com o Juiz para abrir disque a sala. Aí saiu o Mestre Sala para fazer a fala. Levaram as ordens daqui da delegacia, fizeram todas as falas lá. Era muito bonita a festa e ela é bonita. Agora eles só querem fazer se pedir música de baile, gente pelo amor de Deus, lembra dos nossos antigos, não é mano? Os nossos antigos faziam uma festa bonita. O senhor gostava de ver tartaruga, porco de casa tudo lá e andando para matar para essa festa. Todo mundo comia. Quando terminava a festa todo mundo levava comida, levava despesa que sobrava da festa. Era muito bonito, agora não tão fazendo, eu nem vou na festa, eu nem vou porque eu não gosto (Maria Roberta Oliveira de Souza, Oriximiná, 02 de março de 2017).

Algumas dessas informações são reforçadas pelo o sr. Francisco Hugo em entrevista em 2017, reafirmando que o *Aiué* era uma dança dos Pinheiros, “negros” do Cuminá. E que no lugar chamado Enseada do Murta dançavam o *Aiué*. Segundo ele, os pais do sr. Deunilo já tinham essa dança, a mãe dele dançava o *Aiué*. O sr. Francisco Hugo narra que dona Maria Roberta em conversa com o sr. Deunilo articularam esse retorno:

Aí um dia ele estava conversando com a mamãe aqui, isso logo depois que a comunidade começou levantar. Aí ele contou para a mamãe que existia essa dança. Ele já tinha uns 70 anos, mas ele ainda foi mordomo. Aí ele começou a conversar com a mamãe, ele contando para mamãe e a mamãe perguntando como era, aí ele pegou o violão, chamou nós para bater o tambor, e ele começou a tocar e cantar o pouco que ele ainda lembrava. Aí ele tocando e nós batendo no tambor, ele dizendo os versos como era, como não era, que acontecia e tal. Quando ele contou, aí a mamãe disse que ia levantar o Aiué (Francisco Hugo de Souza, Comunidade Jauari, 19 de dezembro de 2017).

O sr. Francisco Hugo conta que na época dona Maria Roberta realizava outro tipo de dança. A sua mãe tinha uma dança de boi que era de seu pai. Porém, em articulação com o sr. Deunilo houve o interesse em retomar já no Jauari a prática do *Aiué*. O sr. Francisco Hugo continua:

a mamãe com seu Deunilo arrumaram a primeira vez. Isso foi logo, logo depois da comunidade levantar, 74, por aí, e 5 [75]. Aí já foi que o Aiué, aí a mamãe organizou, o seu Deunilo tocou. Era o Daniel que era o tocador de violão na época. Aí o Daniel pegou o violão, pegamos o ritmo, pronto, bastou a primeira. Aí foi para frente, o Aiué não parou mais. Aí a gente colocou a dança do Aiué como uma dança da Festa de São Benedito, que era do período que era da Festa de São Benedito. Só que os Pinheiros lá dançavam no castanhal, eles faziam a festa lá, a Festa da Ramada, eles faziam essa Festa da Ramada, então os velhados dançavam o Aiué lá, e as crianças eram os mordomos do Aiué (Francisco Hugo de Souza, Comunidade Jauari, 19 de dezembro de 2017).

Como se observa, a prática do *Aiué* incide com a atividade do extrativismo da castanha, atividade econômica praticada até os dias atuais. Esse local narrado é especificado pelo sr. Francisco Hugo:

Então tem um lugar chamado Igarapé do Murta, eu trabalhei muito lá. É um igarapé que sobe abeirando o Erepecuru, muito longe daqui, não muito, mas eu digo que é uma boa distância. Ele sobe acompanhando, aí na margem dele tem muito castanhal. Aí no igarapé tem os pontos de castanha, tipo assim, Arto Alegre, Bom Prazer, A Ponte, Boa Esperança. Aí no Bom Prazer que era o castanhal maior, aí eles se juntavam naquele dia, lá naquele castanhal para fazer a festa cultural deles lá escondido. Aí lá eles dançavam o Aiué, lá dentro do matão mesmo. Mas como os instrumentos eram feitos por eles mesmo, eram feitos lá, então eles faziam tudo lá, e apresentavam e dançavam, mas eles não traziam para outro lugar (Francisco Hugo de Souza, Comunidade Jauari, 19 de dezembro de 2017).

Atualmente, a área citada, que no passado os quilombolas se deslocavam para coletar castanha, permanece sendo ponto de castanha no Rio Cuminá. Nos dias atuais esses quilombolas não frequentam mais por ser uma área de domínio individual. Segundo Carvalho (2015) os primeiros a estabelecer moradia foram os Pinheiro, que ocuparam

inicialmente o território Ariramba e arredores, como o caso do igarapé Murta, área de pretensão da Comunidade Quilombola Ariramba. Os registros de Carvalho atestam o lugar, segundo lembram os antigos, como um espaço de ricos castanhais, mas que “mais tarde foram destruídos com o avanço da ocupação da área” (2015, p. 70.)

Ainda segundo Carvalho (2015) a área referente ao Murta foi arrendada para uma família rica local. Contudo, os arrendatários não teriam pago os impostos e as terras foram a leilão em Belém. Na ocasião, um membro da mesma família dos arrendatários arrematou, garantindo a continuidade do domínio da família e, assim, consequentemente, o controle em relação a exploração de castanha na área.

No entanto, é significativo essa associação da prática do *Aiué* com a atividade do extrativismo da castanha como uma forma de refletir e compreender que os espaços sociais em que os quilombolas circulavam no passado e no presente representam uma forma de se situar e de se territorializar. Associar práticas econômicas de subsistência com saberes musicais e dançantes se constitui como uma maneira ampliada de se estabelecer no território. Pode-se compreender que corresponde a uma forma de delimitar o território, mesmo que este lugar hoje não pertença ao território quilombola. Contudo, marca uma forma de se situar e de se territorializar etnicamente, seja pela atividade extrativista e/ou pela prática de saberes musicais e dançantes.

No que concerne à prática do *Aiué* no Jauari, por volta da década de 1970, quando os padres começam a visitar os então povoados, é quando no Jauari se decide apresentar ao padre Patrício. Segundo os quilombolas, este foi um padre que incentivava as comunidades a valorizarem a cultura. Nessa época haviam o “povoado do Jarauacá, povoado aqui do Jauari, povoado do Cuminá, povoado aí da Pancada. E não era comunidade, mas era povoado que eles se encontravam naquela data do padroeiro para rezar a ladainha, fazer os movimentos culturais” (Francisco Hugo, Comunidade Jauari, 17 de janeiro de 2022).

Dona Nilza Nira relata que em uma dessas chegadas de padre eles ainda não tinham roupas direcionadas para a apresentação do *Aiué*, porém através da expertise de dona Maria Roberta foi possível improvisar roupas. Ela narra:

Então amarra um pedaço de pano e pega uma saca de pano e desfia e faz aquela sainha. Aí a gente fez umas músicas que descia a ladeira cantando buscar o padre. E daí voltava e quando chegava em cima já fazia essa apresentação do *Aiué*. Eu lembro que a gente não deu continuidade. A gente dançou aqui, mesmo porque na época que o velho Chico Melo curava, tinham várias pessoas que não eram fixas daqui e sim que vinham se cuidar. Como uma hora era preciso encaixar várias

peessoas, aí a Maria pegou as pessoas que estavam se curando e meteu. Aí depois eu lembro que ficou meio parado (Nilza Nira Melo de Souza, Comunidade Jauari, 17 de janeiro de 2022).

Como é notório na narrativa de dona Nilza Nira o *Aiué* não teve continuidade. O *Aiué* paralisou. Então, ao que tudo indica, ele começa a se firmar na comunidade Jauari nos finais da década de 1980, a partir da apresentação realizada no II Encontro de Raízes Negras, que foi realizado na Comunidade Jauari, em 1989. O *Aiué* aparece novamente nesse momento como uma reinvenção.

Segundo o sr. Francisco Hugo e a dona Nilza Nira, o *Aiué* retorna no Encontro Raízes Negras. Na ocasião as comunidades tinham que apresentar uma manifestação cultural, o Pacoval, comunidade quilombola de Alenquer (PA), tinha o Marambiré. Foi então que deram continuidade ao *Aiué* no Jauari. Depois é novamente apresentado na Comunidade Boa Vista durante a comemoração dos 10 anos da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO).

Dona Nilza Nira destaca que desde esse evento eles voltam a se articular e continuam a prática, é quando pessoas “maduras” começaram a se envolver, ela cita Zeca, Hugo e tio Rose. Ela lembra que a roupa “era só um short branco, era só uma faixa aqui. E aí o capacete, ele era de pena que nem do Marambiré. E aí o passo era muito antigo, porque não era esse puladinho, e sim eram dois passos, as músicas eram bem mais lentas” (Nilza Nira Melo de Souza, Comunidade Jauari, 17 de janeiro de 2022).

Um outro momento citado por eles como importante no processo de articulação do *Aiué* é o incentivo do Secretário de Cultura de Oriximiná. O sr. Adélcio Corrêa convidou para que eles levassem o *Aiué* para se apresentar em um dos festivais que ocorria em Oriximiná. Houve o incentivo com roupas que foram confeccionadas no Jauari. Foi a primeira vez que eles se apresentaram na área urbana de Oriximiná. O sr. Francisco Hugo afirma que houve medo de não serem aceitos. Contudo, houve um trabalho de incentivo e fortalecimento da prática naquele momento. A população urbana não conhecia o *Aiué*. “Quando o povo de Oriximiná viu a apresentação do *Aiué* lá em Oriximiná, ah, mas foi uma zoada danada, todo mundo gostou. Todo mundo aplaudiu. Todo mundo queria que fosse de novo” (Francisco Hugo de Souza, Comunidade Jauari, 17 de janeiro de 2022).

## A reinvenção do *Aiúé* durante o reconhecimento

Nas narrativas dos quilombolas do Jauari o *Aiúé* é apontado como um instrumento de resistência e de mobilização pela garantia do território. A sua retomada ao final da década de 1980 reelabora significados da prática, corrobora para processos identitários e de mobilização étnica pela luta do território. O sr. Daniel de Souza narra momentos em que o *Aiúé* se apresentou como afirmação da cultura quilombola:

É, na verdade o Aiúé, ele foi muito importante, ele fez uma demonstração da nossa resistência em primeiro lugar. De a gente estar aí há mais de 200 anos e isso ficou confirmado por ele, pelo Aiúé, com relação a trazer, por exemplo, o rei. Mostrar isso para as pessoas mais de fora, “Olha, esse é nosso Rei do Congo, essa é nossa...”. Todo mundo se espantou: “Que isso? De onde que vem isso?” Então, em função disso, o Aiúé deu, ele deu esse avanço na organização das comunidades através desse passado que a gente teve (Daniel de Souza, Oriximiná, 26 de janeiro de 2022).

A mobilização que inclui a prática do *Aiúé* é significativa por mobilizar mais *quilombolas*, por incluir comunidades para além do Jauari, reafirmando a prática da coletividade. Além de que, o *Aiúé* garantiu de certa forma a veracidade da cultura quilombola reivindicada por eles. O sr Daniel de Souza continua:

Segundo momento do Aiúé foi muito importante, essa questão de levar essa mensagem para outras comunidades. Fez com que incentivasse eles para fazer busca de outras culturas. Por exemplo, o lundu, o carimbó e várias outras danças que têm na comunidade todas puxadas pelo Aiúé e pela comunidade do Jauari. Se você vai em qualquer comunidade conversar sobre isso, você percebe que nessa questão do avanço da questão cultural, o Aiúé foi muito importante. Nessa questão da titulação da terra muito mais ainda, porque eu acho que a terra do quilombo, Marcos, ela não é qualquer coisa. A terra do quilombo, a gente quebrou esse preconceito de coisa coletiva, acho que nós quebramos isso. No Brasil isso existe para os índios e não é título, os índios são diferentes da gente. E o Aiúé fez com que não fosse preciso ir longe fazer estudo de quem era a gente, o Aiúé deu essa oportunidade e nos trouxe isso não só para o Jauari, mas para todas as comunidades, onde são quilombolas tem que ser titulado, tem cultura (Daniel de Souza, Oriximiná, 26 de janeiro de 2022).

O *Aiúé* se apresenta como identidade e resistência coletiva. O ritual resistiu ao tempo, as diferentes classificações que foram associadas a ele e é reinventado como uma possibilidade real de garantir reconhecimento identitário e de uso coletivo do território. Sobre isso, o sr. Daniel de Souza destaca:

E nos deu ênfase para a titulação das nossas terras, porque ele é dançado só em 89, um ano após a nova Constituição, não que ele existisse a partir de 89, ele existia muito tempo antes, mas só que por causa do

preconceito, por causa da proibição que a igreja fez em 1935, podemos dizer 86 anos atrás que a igreja proibiu ele. Veja bem como é resistência e a gente não perder. Então isso é uma coisa, quer dizer, os velhos cantavam, deixaram isso na memória da minha mãe, a mamãe nasceu nesse ano, aí ela via cantar e ela ia lá: “O que é isso?” Através dela, o mais velho que ela, o velho Deunilo que também é casado com a nossa tia, casou com a nossa tia, aí ela foi com ele, foi com a Benedita Santana que era uma parenta nossa também. E a mamãe começou a cantar e a aprender um pouco disso. E aí, veja bem, 86 anos atrás, então é uma coisa que não adianta dizer que não é uma resistência, que isso é uma resistência muito importante. Que eles proibiam na rua de bater o tambor, eles proibiam o preto de bater tambor que isso não era coisa de gente, tudo bem. E aí os negros encararam, que a igreja proibiu, a igreja era poderosa da época, bem antes disso a igreja tinha escravo até. E aí eles resistiram e pararam, mas pararam e aí quando foi em 89, já que vem todos esses direitos constitucionais, a gente diz: “Bom, vamos em frente”. E aí a mamãe botou, mas foi a mamãe que incentivou nós e a gente levou ele em frente (Daniel de Souza, Oriximiná, 26 de janeiro de 2022).

Durante esse período o *Aiué* se apresenta como algo do tempo presente que nem mesmo as paralisações durante o tempo o fizeram desaparecer. Sua trajetória dentro da vida social dos quilombolas do Jauari reverbera a própria dinamicidade do movimento quilombola. O *Aiué* se mostrou eficiente para os quilombolas do Erepecuru e estes tornaram-se referência para orientar outras mobilizações em outros lugares do país. O pioneirismo desta mobilização rompe os espaços sociais de Oriximiná. O sr. Daniel de Souza acrescenta: “Mas ele foi importante, o *Aiué*, para esse processo de titulação das terras, eu diria não só aqui, mas no Brasil, porque você sabe que aqui foi o primeiro título e por causa desse primeiro título [...] os governos dos estados chamavam a gente para fazer esse debate” (Daniel de Souza, Oriximiná, 26 de janeiro de 2022).

Durante o processo de certificação da comunidade enquanto quilombola e posterior titulação do território o *Aiué* teve participação significativa. O sr. Francisco Hugo conta que durante o processo surgiram questões referentes as manifestações culturais que ainda eram praticadas nas comunidades. O *Aiué* então é utilizado. Segundo o sr. Francisco Hugo a contribuição dessa prática se torna essencial, ele narra:

O problema foi o seguinte, em 88 houve um problema muito sério com a questão do governo, o Governo Federal ele não aceitava essas comunidades, não concordava com essa aceitação de dizer que nós eramos quilombolas, porque não tinha alguma coisa que identificasse que nós eramos descendente. Então nós tínhamos que mostrar para o Brasil que tinha alguma cultura que não foi ensinada por professor, mas que a gente aprendeu com nossos ancestrais, com nossos antepassados. E eu lembro que, eu lembro benzinho que na época em 88 o Padre José, foi aí que ele indicou a Comissão Pró-Índio para fazer o estudo antropológico e através desse estudo antropológico foi que surgiu a

história de ver o que ainda tinha de manifestação cultural das comunidades. E a partir daí foi que o Aiué também, porque existe uma apresentação de uma dança que algumas palavras tipo, são palavras de, são bem dizer assim diferenciadas. Que tinha a ver com o linguajar africano. Então foi a partir daí no processo da titulação ele ajudou muito, porque o governo começou a ver que nós eramos descendentes de algum povo. E aí foi que houve a valorização (Francisco Hugo de Souza, Comunidade Jauari, 17 de janeiro de 2022).

A comprovação sobre a identidade quilombola diante de órgãos de Estado certificadores, segundo os quilombolas, funcionou como uma ferramenta garantidora de direito em relação a terra e o direito de permanecer vivendo naquele lugar. Dona Nilza Nira também narra corroborando com a narrativa do sr. Francisco Hugo ao afirmar que:

Eu lembro também, Hugo, no último, aquilo foi o que meu Deus, que veio uma pessoa do governo, era uma pessoa que representava cada coisa, não lembro bem. Que era para fazer aquele cadastro, mas que antes de fazer o cadastro a gente tinha que provar na prática se a gente era mesmo descendente de quilombola, se era remanescente ou não. E a gente tinha que fazer alguma coisa. Aí a gente conseguiu provar exatamente com o Aiué e apresentando os nossos produtos da terra. Que a gente tinha a terra, porque a gente era quilombola, era parceiro dos índios e que a gente queria aquela terra para poder sobreviver. Que a gente precisava dessa quantia para plantar aquilo, que a nossa cultura era desenvolver essa dança, como eles já conheciam que os índios, eles sempre qualquer coisa eles estavam dançando. Então se índio é assim quilombola também só pode ser. Aí exatamente a gente apresentou o Aiué que são as danças que a gente mais... Eu me identifico muito. Tem gente que diz a tua cor é assim, mas é a minha cor, mas eu sou descendente de quilombola pelos dois lados, me orgulho e não tenho vergonha de mostrar a minha cultura. A minha cultura é essa, eu gosto muito do Aiué, acho que enquanto eu ter vida eu incentivo e incentivo mesmo para não acabar (Nilza Nira Melo de Souza, Comunidade Jauari, 17 de janeiro de 2022).

É importante observar esse processo de realização, paralisação e reinvenção. Sempre havia algum motivo que proporcionava retomar para reinventar. Como é possível observar os motivos estão articulados com práticas festivas ou de mobilização étnica, como o caso da certificação e titulação. Com isso, é perceptível que essas práticas concernentes ao *Aiué* se atrelam a processos de reinvenção de saberes que estão intimamente relacionados às práticas de afirmação da identidade étnica e mobilização social.

## Considerações Finais

A premissa de que o ritual do *Aiué*, a música e a dança ou as formas em que as duas se inter-relacionam são modos pelos quais os *quilombolas* utilizam como estratégia de territorialização, bem como forma de resistência, de organização social e de reafirmação étnica. Se territorializar, pelo ritual, pela música e dança, significa uma atividade capaz de se configurar enquanto grupo étnico; de acionar identidades; de estabelecer formas de mobilização; de reivindicar um território; de promover situações festivas afim de manter, produzir e reproduzir a maneira como as tradições podem ser interpretadas e reinventadas. Se territorializar e reinventar saberes condiz com uma realidade equiparada com a vida social, são modos de estar no mundo, construir lugares, e, mais que isso, constituir espaços sociais que se interligam proficuamente com a identidade.

Cabe conjecturar nas diferentes formas pelas quais os *quilombolas* se mobilizam por meio dessas práticas. É possível observar como um evento como o *Aiué* pode ser descrito como uma reinvenção de saberes no intuito de elencar ações de reinterpretação de ritos e narrativas míticas que são tradicionais. Essa reinvenção se promove após um interregno que está dentro do processo dinâmico da vida social dos *quilombolas*, mostrando que não há uma continuidade, mas na verdade uma descontinuidade.

Pensando nas *festas* e na prática do *Aiué* em diferentes tempos e espaços, revela-se a dinamicidade em que essas questões ocorrem na vida dos *quilombolas* do Jauari. O que se nota nesse contexto é verdadeira situacionalidade das práticas nas quais eles estão envolvidos. Como já tenho demonstrado as práticas ocorrem em tempos distintos e espaços diversos de acordo com a situação de cada momento. E, atualmente, são acionadas pela gestão da memória coletiva dos *quilombolas*.

O *Aiué* de São Benedito atualmente realizado pela *comunidade* Jauari, segundo os relatos dos próprios *quilombolas*, traz paralisações em seu processo de prática. Ao que se compreende, antigamente, o *Aiué* não era uma prática específica da *comunidade* Jauari, mas sim praticada por outros *quilombolas* daquela região. Contudo, a partir do processo de constituição da *comunidade* Jauari, práticas musicais e dançantes se acentuam entre os *quilombolas*, incluindo o *Aiué*. Como prática relativamente efetiva entre os *quilombolas* do Jauari, o *Aiué* foi reinventado por essa unidade social, perpassando por paralisações e retomadas, e, desde então, passou a ser considerado como uma prática deste lugar.

As práticas rituais que perfazem o *Aiué*, bem como todo o arcabouço de práticas que estão em relação com esse ritual e que são foco desta análise, apontam para uma nova configuração social. Deste modo, nota-se que as práticas musicais e de dança, que incluem também o ritual do *Aiué* têm passado por um processo de reinvenção de saberes. Este termo, aludido durante este estudo, é conjecturado como uma repetição da tradição, porém agora no âmbito da dinâmica que perpassa pela vida social dos *quilombolas*.

## Referências

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o Conceito de Cultura. Tradução: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. In: *Antropolítica*, Niterói, n. 19, pp. 15-30, 2. semestre, 2005.

CARVALHO, L. G. Histórias, Memórias e Representações da Escravidão na Comunidade Quilombola do Ariramba. In: GRUPIONI, Denise Farjado; ANDRADE, Lúcia M. M. (orgs). *Entre Águas Bravas e Mansas*, índios & quilombolas em Oriximiná. São Paulo: Iepé, p. 62-83, 2015.

FARIAS, Marcos Alan Costa. “*Grupo Cultural Encanto do Quilombo*”: uma etnografia da prática musical. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus: UEA, 2018.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Nasci nas matas, nunca tive senhor*: história e memória dos mocambos do baixo Amazonas. Editora Plebeu Gabinete de Leitura, 2022.

GENNEP, Arnold van. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis, Vozes: 2011.

OLIVEIRA PINTO, Tiago. Som e música. Questões de uma Antropologia Sonora. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 44 n. 1., pp. 221-286, 2001.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual Estrutura e Anti Estrutura*. São Paulo: Vozes, 1974.